

A ANÁLISE DA RESISTÊNCIA INDÍGENA AO PROJETO COLONIAL CASTELHANO NAS PROVÍNCIAS DO GUAIRÁ E DO ITATIM COMO FORMA DE INSERÇÃO DE OUTROS AGENTES HISTÓRICOS

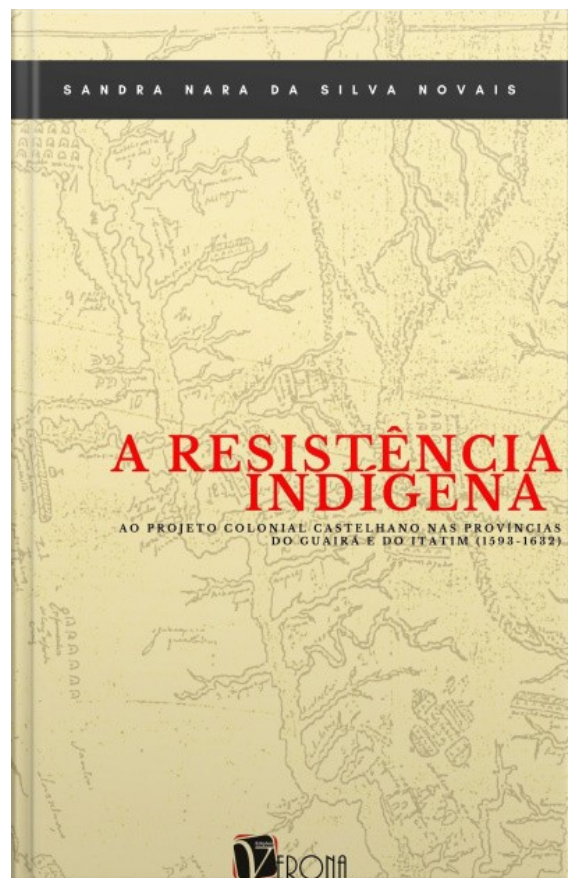
THE ANALYSIS OF INDIGENOUS RESISTANCE TO THE CASTILLAN COLONIAL PROJECT IN THE PROVINCES OF GUAIRÁ AND "ITATIM" AS A WAY OF INSERTING OTHER HISTORICAL AGENTS

Juliana Cristina da Rosa Delgado¹

Endereço Profissional: Av. Fernando Correa da Costa, n. 2367, Sala 66, Bairro Boa Esperança, Cuiabá, Mato Grosso. CEP: 78060-900.
E-mail: julianacristinarosa@gmail.com

NOVAIS, Sandra Nara da Silva. **A resistência indígena ao projeto colonial castelhano nas províncias do Guairá e do Itatim (1593-1632)**. São Paulo: Edições Verona, 2021.

Dividir o passado colonial ibérico em “dois compartimentos cronológico-conjunturais” - a colonização castelhana-paraguaia e a colonização luso-paulista - se aproxima da proposta de François Hartog², contudo, em sua pesquisa de mestrado, Sandra Nara da Silva Novais identificou uma dinâmica na qual um espaço específico é cenário de complexas dinâmicas de disputa por diferentes agentes históricos com diversos projetos e intencionalidades. Assim sendo, para além de um constructo analítico ideal típico, a divisão entre as ações colonizadoras protagonizadas pela colonização castelhana-paraguaia e



¹ Historiadora e Cientista Social. Doutora em História e Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), integrantes do Núcleo de Pesquisas Históricas (NPH) e Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU).

² HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Coleção História e Historiografia).

a colonização luso-paulista, possibilita à autora narrar um processo histórico marcado por descontinuidades em projetos e iniciativas de colonizadores diante da ação de outros agentes históricos ao longo dos séculos XVI e XVII.

Essa temporalidade foi inserida em narrativas históricas como sendo marcada pelo predomínio de ações colonizadoras castelhana-paraguaia que encontrou resistência a partir da atuação de agentes históricos ligados à colonização luso-paulista, sobretudo de bandeirantes, nas primeiras décadas do século XVII, numa dinâmica que eclodiu na consolidação de um sistema de apropriação de espaços e estabelecimento de fronteiras materializado na construção dos fortes de Iguatemi, Coimbra, Albuquerque e Miranda na segunda metade do século XVIII.

Tendo como ênfase os séculos XVI e XVII, a autora busca compreender as dinâmicas de tentativas de apropriação e domínios de espaços pelo que identificou como sendo um projeto assuncenho-castelhano de colonização em áreas situadas no atual território brasileiro dentro do estado de Mato Grosso do Sul. Dentro de um amplo espaço banhado pela Bacia do Rio Paraguai, no centro sul do Pantanal, Novais buscou, através de significativa pesquisa documental, apresentar o espaço através de narrativas como a de cronistas que participaram de expedições que avançavam e descreviam sua natureza e os povos indígenas que o habitam naquele período.

Em termos espaciais, é possível identificar que a análise tem como foco uma área específica situada entre os rios Taquari e Apa que na toponímia colonial era conhecido como “Campos de Xerez”. Esse espaço passa a se consolidar como uma efetiva região através do processo de avanço e apropriação efetivados por ações colonizadoras de assuncenhos e que resultaram na consolidação do núcleo Santiago de Xerez³, idealizado como sede da capital da Província Nova Andaluzia, no século XVII. Nesse espaço é possível identificar ações que buscavam a apropriação e domínio territorial com a consolidação do que os colonizadores denominavam ser povoamentos e que tinham em suas “fundações” interesses estratégicos de consolidação de projetos de colonização e garantias de fronteiras, resultando ainda em núcleos urbanos transformados em cidades como Ontiveros, Ciudad Real de Guayrá e Vila Rica del Espiritu Sanctu. Seria ainda esse o espaço marcado por ações bandeirantes e de destruição das reduções do Guairá.

3 A título de possibilidade de visualização espacial, Novais (2021) indica que o local onde foi consolidado Santiago de Xerez seria no atual município de Naviraí, Mato Grosso do Sul.

É dentro desse tempo e espaço que a análise de Novais apresenta uma importante contribuição para se compreender historicamente ações colonizadoras para além da ênfase dada aos Andes e Atlântico, buscando assim problematizar dinâmicas específicas de espaços integrantes da Bacia Platina e que tem relação direta com a atuação castelhana e de povos indígenas. Trata-se, portanto, de um olhar diferenciado em relação à historiografia⁴ que enfatiza não apenas outros espaços, como outros agentes históricos, como é o caso de análises centradas nas ações de bandeirantes luso-paulistas que, por vezes, colocam esses como protagonistas de um processo histórico que ultrapassa a temporalidade de seus feitos e ainda diminuem ou silenciam as ações de castelhanos e indígenas.

De fato, Novais apresenta ações, projetos e intencionalidades ligadas à colonização castelhana-paraguaia fundamentais para a compreensão desse processo histórico marcado pela resistência de povos indígenas diante do avanço e tentativa de apropriação de espaços ainda no século XVI. A busca por metais preciosos não motivava apenas tentativas de consolidação de núcleos de colonização, mas expedições nas quais testemunhas como o soldado alemão Ulrich Schmidel deixaram narrativas assinaladas por intencionalidades pragmáticas permeadas por elementos de imaginação na busca por riquezas a partir do Mito da Serra de Prata e em domínios do suposto “rei branco” no império Inca.

Narrativas como a de Schmidel, Cabeça de Vaca e Ruy Diaz de Guzmán são somadas à documentação produzida por autoridades coloniais e jesuítas reunidas na Coleção de Angelis e que possibilitaram à Novais problematizar não apenas as intencionalidades e a posição social de seus autores, mas sobretudo dinâmicas relacionadas à consolidação de Assunção, relações de poder que resultaram em disputas em torno de projetos de colonização, interesses em cristianizar indígenas e ainda localizar especificidades de um complexo universo multiétnico no Chaco Paraguai.

Assim sendo, a autora encontra respaldo documental para assegurar que, entre 1593 a 1600, após dificuldades ligadas a obstáculos ambientais e à resistência de povos indígenas à tentativa de apropriação de seus territórios, colonos de Santiago de Xerez solicitaram a mudança para outra localidade. Dessa forma, em 1600, ocorreu o

4 Novais (2021) destaca a existência de três gerações de historiadores na Argentina, Brasil e Paraguai. A primeira enfatizou a conquista das terras centrais da América do Sul pelos castelhanos, sendo a segunda caracterizada por autores regionais que não aprofundaram suas análises sobre fontes documentais como ocorreu em relação aos historiadores da terceira geração.

deslocamento desses colonos em direção ao nordeste de Assunção até um local não inundável do Pantanal, entre os rios Aquidauana e Miranda, conhecido na toponímia colonial como Bitetey, Rio dos Apóstolos e Mondego, onde buscaram consolidar a apropriação e domínio daquele espaço através da colonização castelhana.

Esse projeto colonizador castelhano não durou mais que algumas décadas, pois, em 1632, após um ataque de bandeirantes a Itatim, o local foi abandonado e incorporado à Província Jesuítica de Itatim que serviu, entre os séculos XVI e XVII, como tentativa de anteparo à expansão lusitana para além do limite do Tratado de Tordesilhas, até sua destruição, em 1648, após investidas de grupos bandeirantes como o liderado por Raposo Tavares. Em meio à drásticas e rápidas mudanças ocorridas naquele local, fica evidente através da pesquisa da autora que os povos indígenas participaram ativamente dessa complexa dinâmica, sendo centrais para compreender a eficácia das incursões lusitanas diante da fragilidade das defesas dos castelhanos do Campo de Xerez consumidas pelas disputas com os jesuítas em relação à tentativa de exploração de mão-de-obra indígena.

Novais enfatiza que nesse amplo espaço do Campo de Xerez ocorreu a tentativa de fundação de uma cidade - registrada na documentação como Santiago de Xerez – que não obteve sucesso diante da existência de uma “confederação” de indígenas que fazia “forte oposição” através de constantes ataques aquele núcleo. Outra tentativa de consolidação de um núcleo urbano teria ocorrido na margem oriental do Rio Mbotetei e teria sido frustrada pela ação de indígenas identificados como sendo grupos dos povos Guatós, Guapís, Guanchos e Guetes que teriam enfrentado a tentativa de exploração, submissão e servidão empreendida por diferentes agentes da colonização. A autora ainda cita documentos como o produzido em 1605 por Bernardino de Espinosa, no qual o procurador de Xerez relatava que, diante dos graves problemas enfrentadas pelos núcleos de colonização, não havia ações de ajuda por parte de Assunção que também passava por dificuldades diante da ação da “confederação” de “índios de Xérez” como os Payaguas e Guaicurus.

Desse modo, é possível identificar na análise de Novais uma ampliação da compreensão do insucesso do projeto colonizador na região para além da ação de bandeirantes, destacando a atuação dos indígenas como fundamental. A partir dessas fontes documentais, a autora conseguiu identificar povos indígenas presentes no espaço em foco entre os séculos XVI e XVII – como os Agace, Payaguá, Guaycurú Guazarapo, Guató, Sacosi, Chanese, Arianicosi, Artanece e Xarayé -, bem como as

especificidades das relações com o *outro* - colonizadores - marcadas por diferentes formas de resistência. Nesse sentido, na leitura do livro é possível identificar resistências e estratégias dos povos indígenas que vão desde conflitos e extermínio de grupos, até a adoção de alianças como estratégia de sobrevivência e de cooptação para suas disputas com outros povos indígenas e que por vezes culminavam em casamentos exogâmicos que resultaram em agentes históricos diversos que viviam em Assunção e arredores, conhecidos como “mestiços”, dentre os quais componentes de etnicidade permaneceram. Nas palavras de Novais (2021, p. 171), as principais estratégias utilizada por povos indígenas naquele espaço e temporalidade foram a adoção de “alianças temporárias com os colonizadores”, “o não fornecimento de viveiros e produtos de suas roças” e “as guerras que assolavam os núcleos da coloniais” nas províncias do Guairá e do Itatim.

Não se trata, todavia, de uma narrativa histórica que apenas enfatiza ações de resistência indígena de forma genérica, idealizada, isolada ou pouco articulada em relação a outros agentes históricos envolvidos em projetos de colonização em disputa. Indígenas são colocados como agentes históricos inseridos em relações de poder desfavoráveis, mas ainda assim capazes de articular estratégias de resistência e enfrentamento, bem como de mediações e alianças, por vezes identificadas em fontes documentais como sendo de submissão ou servidão. Um caso dessa complexa dinâmica que foi citado por Novais é do povo indígena Ybirayaras, identificado como sendo uma “nação estranha e belicosa”, mas que em determinado momento teriam sido reduzidos e passaram a servir a agentes da colonização castelhana.

Outro aspecto relevante da análise de Novais é sua crítica documental que permitiu compreender a existência dos povos indígenas e as dinâmicas de enfrentamento e resistência desses agentes históricos para além da narrativa presente nas fontes documentais de seriam esses um problema e empecilho para os projetos de colonização. A autora identifica na documentação representações sobre os povos indígenas e propostas de resolução desse “problema” que poderiam convergir na possibilidade de guerra, redução, escravização e até extermínio aqueles considerados hostis, bárbaros, arredios, bravios e belicosos, ou ainda pela catequização e possibilidade de civilizar aqueles categorizados como sendo supostamente dóceis, amigos, aliados, vassalos, cristãos ou civilizados.

Entretanto, tais representações e categorias presentes nas fontes documentais não são incorporadas à narrativa história de Novais de forma mecânica e

naturalizada. Ao narrar sobre a identificação dos Gualachos como sendo “índios agricultores”, Novais não incorpora tal categorização como mera descrição, mas aponta para o fato de que aquela percepção de Ruy Díaz de Gusmán contribuiu para a escolha de um local próximo ao território daquele povo indígena para uma tentativa de consolidação de um núcleo de colonização em meio a um relevo, hidrografia e vegetação propícios para a criação de gado e desenvolvimento da agricultura.

Ainda que o extermínio de contingentes populacionais seja um fato inquestionável, os indígenas não são colocados por Novais apenas como vítimas do processo histórico, mas como agentes históricos que enfrentaram, de formas diferentes, esse amplo processo de esbulho territorial, busca por catequização e exploração de mão-de-obra que marcou diferentes projetos de colonização ibéricos. Casos como o assassinato do general Juan de Garay, em 1583, cometido por indígenas em meio a uma guerra de “pacificação” podem ser identificados como situações limites de resistência contra líderes do avanço de projetos de colonização, ainda que pontuais e não definidoras de rupturas. Em outras situações, é possível identificar indígenas que se aliaram a agentes da colonização, como ocorreu durante ataques ao Guará e a Santiago de Xerez como o executado por uma grande bandeira que partiu em 1628 de São Paulo e que teria contado com dois mil “índios auxiliares” que enfrentaram jesuítas, outros indígenas aldeados e colonos castelhanos.

Mesmo os Paiaguás, tidos como exterminados, são inseridos na narrativa de Novais como sendo um povo indígena que enfrentou de diferentes formas as ações colonizadoras dentro de suas próprias dinâmicas organizacionais e de relações de poder na interação com outros indígenas e ainda com agentes da colonização. Descritos em fontes documentais diversas, como uma carta escrita pelo padre jesuíta Diogo Ferrer, em 1633, esses indígenas foram colocados como “senhores” de um amplo espaço, sendo representados como um “estorvo” e inimigos tanto de “espanhóis do Paraguai” como de “nações” indígenas vizinhas, de tal modo que tais narrativas indicam a importância das ações dos Paiaguás no processo histórico marcado por ações colonizadoras ibéricas, como indicado por Novais.

Considerar povos indígenas que enfrentaram violências extremas como agentes históricos que resistiram não é um exercício de apaziguamento dessas violências, mas um procedimento analítico necessário para se problematizar situações vivenciadas ao longo do processo histórico. Numa petição de outro padre jesuíta, João Batista Ferrufino, de 1649, Novais identificou uma narrativa que denunciava os

ataques a aldeamentos por parte de bandeirantes paulistas e à práticas de escravização e exploração de colonos que resultava uma situação em que a numerosa “nação Guarani” estaria “consumida, acabada e despovoada”. Para além de se problematizar relações de poder e possíveis intencionalidades desses religiosos ligadas a um outro projeto de colonização alicerçado na catequese e em aldeamentos que convertessem os indígenas em cristãos e em mão-de-obra produtiva -, é possível ainda ressaltar que narrativas marcadas pela percepção de um iminente extermínio não condizem com o fato de que povos indígenas como os Guarani resistiram e existem no tempo presente, ainda que marcados por diversas formas de violência ao longo do processo histórico de esbulho territorial realizado por diferentes agentes históricos.

Percebe-se, portanto, um esforço significativo de Novais em destacar as ações dos múltiplos agentes históricos envolvidos no processo histórico e suas reverberações alicerçadas em especificidades espaciais e temporais que foram analisadas a partir de distintas tipologias documentais que permitiram identificar a ação de povos indígenas. Ainda que destaque as ações de resistência dos povos indígenas ao longo de sua narrativa, a autora não deixa de ressaltar as ações de agentes colonizadores, chegando a citar “a coragem dos colonos xerezanos em enfrentar as constantes rebeliões indígenas”. Reconhecer e mesmo adjetivar ações de outros agentes históricos não diminui a possibilidade de destacar a participação indígena em processos históricos e mesmo em dinâmicas específicas como as analisadas por Novais.

Mesmo construindo sua narrativa a partir da documentação produzida majoritariamente a partir de fontes documentais produzidos por agentes da colonização, a autora conclui que, entre os séculos XVI e XVII, as ações de resistência de povos indígenas são fundamentais para se compreender as dinâmicas de busca de apropriação de espaços situadas em processos históricos marcados por projetos coloniais e “determinante para impossibilitar a presença espanhola na região”, ainda que reconheça a existência de múltiplos fatores do insucesso desses colonizadores.

Nesse sentido, a obra é indicada para a leitura do grande público e daqueles que buscam inspiração para a construção de análises alicerçadas em fontes documentais e num significativo debate historiográfico sobre a participação dos povos indígenas em processos históricos e dinâmicas espacial e temporalmente situadas.

Recebido em 30 de novembro de 2022
Aceito em 10 de dezembro de 2022